"É COISAS QUE NÃO DÁ PRA VENDER, É UM NEGÓCIO PRA COLECIONAR PRA VIDA INTEIRA": NARRATIVAS SOBRE UM ANTIQUÁRIO NA PERIFERIA DE ARACAJU-SE

"IT'S AN UNSELLABLE THING, IT'S A FULL LIFE COLLECTION BUSINESS": NARRATIVES ABOUT AN ANTIQUARY IN ARACAJU-SE SUBURB

Clovis Carvalho Britto[1]
Jean Costa Souza[2]
Laís Moura Silva[3]

Resumo: O artigo analisa as narrativas sobre um antiquário construído em uma favela às margens da BR-235, no Bairro São Carlos, na divisa dos municípios de Aracaju e Nossa Senhora do Socorro, em Sergipe. Consiste em um espaço atravessado por fissuras e intervenções de diversas naturezas e temporalidades e, portanto, é importante compreender os sentidos em torno da lógica aparentemente subjetiva (ou confusa) entre o proprietário, os agentes mediadores e os consumidores dos bens, definindo múltiplos usos, arranjos e classificações. Trata-se, assim, de problematizar diferentes narrativas sobre o passado e investigar aspectos de um sistema de classificação edificado em um espaço ambivalente, marcado por imagens de pobreza e violência, raridade e antiguidade, por meio de entrevistas em profundidade com o responsável pelo antiquário e observações de campo.
Palavras-chave: Antiquário; Aracaju; Favela; Objetos.

Abstract: This paper analyzes the narratives about an antiquary built in a "favela" on the BR-235 borders, in the São Carlos neighborhood, on the border of Aracaju and Nossa Senhora do Socorro counties, in Sergipe. It consists of a space crossed by fissures and interventions of various natures and temporalities and therefore it is important to understand the senses around the seemingly subjective (or confused) logic between the owner, the mediating agents and the consumers of the goods, defining multiple uses, arrangements and classifications. The aim is to problematize different narratives about the past and to investigate aspects of a classification system built in an ambivalent space, marked by images of poverty and violence, rarity and antiquity, through in-depth interviews with the antique dealer and field observations.
Keywords: Antiquary; Aracaju; Favela; Objects.

[1] Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília. Professor da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, Brasil.
[2] Mestrando em Culturas Populares na Universidade Federal de Sergipe, Brasil
[3] Graduada em Museologia pela Universidade Federal de Sergipe, Brasil.

INTRODUÇÃO

Este texto analisa as configurações em torno da criação de um antiquário em uma área periférica de Aracaju-SE. Nosso argumento é que o antiquário consiste em um dos suportes que constroem a favela "como um território da imaginação" contribuindo para a demonstração da complexidade do investimento de "diferentes ansiedades e desejos" (FREIRE-MEDEIROS, 2007, p. 65). No mesmo aspecto, trata-se de um espaço simbólico que contribui para potencializar uma rede de sociabilidades "no fenômeno de circulação e consumo, em nível global, da favela como trademark, como um signo a que estão associados, significados ambivalentes que a colocam, a um só tempo, como território violento e local de autenticidades preservadas". (p. 61-62). Portanto, consistiria em uma imagem ambivalente, possibilitando "potenciais clientes a visitar um lugar associado à pobreza – e em grande medida à violência" (p. 61) visando obter produtos envoltos pelo discurso da raridade, curiosidade, antiguidade, exoticidade etc.

Construído em uma invasão de terras urbanas, processo que consiste em uma das marcas do processo de urbanização dos grandes centros brasileiros (MARICATO, 1996), traduz a complexidade dos trânsitos culturais contemporâneos acionados pelos fluxos migratórios impulsionados principalmente pela industrialização a partir da segunda metade do século XX[4]. A cidade de Aracaju foi pensada com o intuito de centralizar as atividades econômicas e administrativas de Sergipe, já que a antiga capital, São Cristóvão, não oferecia condições geográficas para uma economia crescente e por seguinte um desenvolvimento econômico no estado. Criada com o intuito de obter uma economia solida para o estado, segundo Cássio Menezes e Jaildes Vasconcelos (2011), Aracaju surge para "desempenhar funções comerciais e administrativas rompendo assim a dependência comercial com a Bahia, permitindo a entrada de Sergipe no mercado de relações internacionais" (p. 145).

> "A construção e organização da cidade tiveram a contribuição direta do poder público que elaborou um plano diretor e concedeu adiantamentos financeiros para a construção das primeiras residências. Até o final do século XIX, a nova capital- Aracaju, não exercia tanta influência no Estado porque possuía maior relacionamento com a região do Cotinguiba, área produtora de açúcar. Com a relativa queda no dinamismo econômico dessa região na década de 1970, relacionada as produções locais, Aracaju iniciou um

[4] "No ápice dessas transformações, ocorreu a transferência da sede administrativa da Petrobrás e da sede da Região de Produção do Nordeste, de Maceió para Aracaju e, com isso, migrou para o Estado de Sergipe um elevado contingente de técnicos e especialistas de petróleo que, segundo França (1999), contribuíram para o fortalecimento da classe média sergipana. Aliado a essas mudanças, o desenvolvimento urbano de Sergipe foi marcado pela fundação da UFS - Universidade Federal de Sergipe (1968); a construção do Tecarmo – Terminal Marítimo de Carmópolis (1970), a implantação da Petromisa – Petrobrás Mineradora (1976) e, da Nitrofértil - Nitrogenados do Nordeste (1978), as construções dos conjuntos habitacionais (1950-2002) e do DIA - Distrito Industrial de Aracaju (1971)." (MENEZES, VASCONCELOS, 2011, p. 147).

> processo de expansão em sua área de influência, ampliando suas funções político-administrativas e portuárias e ainda inovando como o setor industrial e de serviços, ganhando assim destaques em relação com outros munícios sergipanos." (MENEZES, VASCONCELOS, 2011, p. 145).

É a partir da década de 1970 que Sergipe vivencia um conjunto de mudanças relevantes sobre o ponto de vista socioeconômico e, consecutivamente, geográfico e populacional, devido à desvalorização da agricultura que até então sediava como principal atividade econômica do estado. Paralelo a esse fato, ocorreu um crescimento industrial que promoveu inúmeras transformações no estado. Na segunda metade do século XX, é impressa uma feição metropolitana e a capital configura "relações socioeconômicas estabelecidas com outros munícipios do estado, bem como, pelo seu avanço na direção dos municípios vizinhos de Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão" (p. 147), se veem estimulados pelo mercado industrial na capital sergipana.

Desse modo, a intensificação de fluxos migratórios e uma atuação do setor industrial contribuíram para um esvaziamento da população do campo para o espaço urbano, fazendo de Aracaju um centro de migração de populações de regiões circunvizinhas. Sobre essa transformação da malha urbana na cidade, Cássio Menezes e Jaildes Vasconcelos (2011) destacam que o crescimento da população está relacionada, dentre outros fatores, com o número de unidades habitacionais construídas pela COHAB-SE, "para pessoas de baixa renda, as quais inicialmente começam, em 1968, com a instalação de pequenos conjuntos, mas tem suas ações ampliadas a partir de 1970, visando diminuir o déficit habitacional na capital" (p. 148). Nesse aspecto, concluem que após esse período o poder público "procura glebas distantes da malha urbana começando assim, a formação da Grande Aracaju e Consolidando o empurrão da pobreza para fora dos limites da capital. " (p. 148).

Exemplo desses problemas urbanos existentes na grande Aracaju, com seus conjuntos populacionais vizinhos, consiste nos conflitos em torno da ocupação indevida do solo e a criação de favelas. Conforme noticiaram Denise Gomes e Marina Fontenele (2013), aproximadamente 200 famílias (mais de 800 pessoas) resistiram a ação de reintegração de posse em virtude da ocupação indevida de um terreno que pertence ao Governo do Estado na BR-235:

> "Duzentas e vinte famílias que vivem há um ano em um terreno que pertence ao Governo de Sergipe, resistiram à ordem de reintegração de posse emitida pela 3ª Vara Cível de Aracaju, que seria cumprida no início da manhã desta quarta-feira (25). O local onde funcionava o antigo frigorífico do estado possui 970 metros quadrados e fica às margens da BR-235, no Bairro São Carlos, na divisa dos municípios de Aracaju e Nossa Senhora do Socorro. Cerca de 200 policiais militares foram deslocados para acompanhar a reintegração, que foi prorrogada por tempo indeterminado pela juíza Simone de Oliveira Fraga, em decisão expedida no final da manhã. A determinação garante mais tempo para que o governo encontre um local adequado para realocar as

famílias. O Movimento Sem Teto de Sergipe (MSTSE) havia entrado com o pedido de suspensão da desocupação, pelo mesmo motivo, pois o Governo do Estado não havia disponibilizado um local para levar as famílias, apesar de ter ofertado caminhões e ônibus para o transporte delas. De acordo com o sub-secretário de estado da Articulação com Movimentos Sociais e Sindicais, João Francisco dos Santos, conhecido popularmente como Chico Buchinho, o terreno pertence estaria hipotecado. "As famílias não poderão continuar na área, que pertence à Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas (Cehop), e está hipotecada por determinação da Justiça, que autorizou a utilização do terreno para pagar dívidas da instituição", explicou. Segundo informações de Renê Tavares, coordenador estadual do MSTSE, um acordo havia sido firmado no dia 35 de julho deste ano, e assegurava que as famílias só deixariam a área quando fossem beneficiadas com um terreno próprio. O terreno em questão está localizado no Conjunto Marcos Freire, em Nossa Senhora do Socorro, mas devido à burocracia que envolve o processo de doação do espaço, a situação ainda não foi regularizada. O ouvidor estadual da Secretaria de Direitos Humanos, Elito Vasconcelos, disse que um conjunto de moradias populares será construído no local e entregue às famílias, que foram previamente cadastradas. "O terreno pertence à Companhia de Saneamento de Sergipe (Deso) e precisa ser doado à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano (Sedurb), que irá destinar a área para a construção de moradias populares. Esse processo já foi iniciado pelo Governo do Estado, mas devido à burocracia, não foi concluído a tempo da reintegração de posse do terreno ocupado pelas famílias às margens da BR-235", afirmou. " (p. 1).

É em meio a esses conflitos urbanos que um dos moradores do local decidiu construir um antiquário, espaço de reunião de "antiguidades" ou que disso faz comércio. Na verdade, a existência de um antiquário na favela de Aracaju contribui para a visualização de jogos de poder, problematizando um conjunto de preconceitos em torno da função, da localização e do público consumidor de arte, da própria noção de arte, coleção e raridade, e das operações de seleção, disponibilização e interpretação dada aos objetos adquiridos e comercializados. Consiste em um espaço atravessado por fissuras e intervenções de diversas naturezas e temporalidades e, portanto, é importante compreender os sentidos em torno da lógica aparentemente subjetiva (ou confusa) entre o proprietário, os agentes mediadores e os consumidores dos bens, definindo múltiplos usos, arranjos e classificações. Trata-se, assim, de investigar aspectos do sistema de classificação por meio de entrevistas em profundidade com o responsável pelo antiquário e observações de campo. A questão central consiste na análise do modo como os agentes "acessam essas informações; como adquirem a erudição sobre os objetos que manipulam e quais são as estratégias para alcançá-las. A procedência e a trajetória das coisas podem ser o caminho para compreensão do processo de valorização das coisas neste mercado específico. " (TAVARES, 2010, p. 5)

“VOCÊ NÃO ACHA, NÃO É TODO MUNDO QUE TEM UM DESSE”

Chegamos por volta das 10 horas da manhã, encontramos ali a transformação do que antes era um barraco feito de madeira, lona e outros materiais de construção adaptáveis. O galpão onde encontra-se o antiquário é maior do que antes, construído aos poucos pelo seu proprietário que, segundo informou o proprietário[5], ainda há muito o que fazer arquitetonicamente. Ao chegar no estabelecimento, que fica na margem da BR 235, fomos recebidos pela esposa do proprietário que, com muita satisfação, nos falou sobre o aumento das vendas no local, dado a visibilidade que o espaço possui. Nesse momento, o responsável pelo antiquário não estava, somente a esposa e seus dois filhos. Mediante uma conversa prévia onde foi possível nos apresentarmos como pesquisadores, a informante destacou que ela não sabia discorrer sobre o espaço e os objetos, apenas substituía o marido.

Naquele intervalo da manhã, depois de apresentarmos o interesse que nos levou até ali, percebemos que surgiu um conforto por parte da proprietária. A princípio, especialmente após destacarmos a nossa formação em Museologia, foi possível perceber uma insegurança, talvez uma desconfiança quanto a nossa ida ou uma insegurança sobre as perguntas que surgiriam de “especialistas no assunto”. Falar da profissão de museólogo foi necessário, como modo de certificar que era uma pesquisa acadêmica e, como prova, apresentamos os documentos institucionais evitando, assim, suspeitas de que fossemos fiscais da prefeitura ou policiais que colhiam informações para nova reintegração de posse.

Na verdade, há tempos acompanhávamos a construção e o crescimento do antiquário às margens da rodovia. Indagávamos as motivações para sua existência em uma favela, os objetos ali reunidos, os critérios de seleção, a procedência, o público consumidor, dentre outros fatores. Trata-se de retomar algumas das reflexões de Priscila Tavares (2010), quando sublinhou a importância de compreender o sistema classificatório de produção das “antiguidades” na Praça XV, no Rio de Janeiro:

> “Descobrimos que a impressionante eloqüência dos expositores da feira da Praça XV acerca da procedência das coisas é quase sempre imprecisa e indeterminada, porque eles nos contam histórias que ouviram de parentes, clientes, amigos, colecionadores, catadores de lixo ou comerciantes. Não raras são às vezes em que não sabemos identificar o período do advento industrial dos produtos ofertados. Então, somos impelidos a recorrer às explicações dos feirantes para saciar nossa curiosidade a respeito das coisas expostas. Estes, por sua vez, gabam-se imediatamente de seu conhecimento e parecem nos dar verdadeiras aulas de arqueologia.

[5] Ao longo do artigo transcreveremos trechos do depoimento do responsável pelo antiquário. Por motivos éticos, especialmente devido a ocupação irregular, optamos por omitir seu nome.

> Geralmente o discurso dos expositores sobre a origem de seus produtos está fundamentado em experiências pessoais ou de família, estilo de vida ou gosto pessoal. Em alguns casos, os expositores se desfazem de coleções particulares ou a de algum parente. Assim descobrimos também, que muitos possuem um conhecimento parcial sobre os produtos que negociam neste mercado. [...] Além disso, os expositores costumam falar sobre os percursos urbanos onde encontram suas mercadorias. Os objetos são adquiridos de diversas fontes, como por exemplo, de outros feirantes como eles, colecionadores, por meio de leilão, ou ainda, diretamente de residências particulares; mas podem ser também obtidos através dos "garimpeiros"." (p. 15-16).

Em certa medida, algumas dessas questões surgiram em nosso primeiro contato com o antiquário em Aracaju. Enquanto aguardávamos a chegada do proprietário, sua esposa relatou que mesmo antes de se relacionarem, o marido pretendia trabalhar neste ramo. Quando questionada sobre a sua função naquele local, a senhora respondeu que na ausência do esposo ela "recebia os clientes" mesmo possuindo poucas informações sobre as peças, narrativas apreendidas em seu cotidiano ao lado do esposo. Sobre os perfis dos clientes, sublinhou que são de perfis e procedências diversas, "procuram para buscar peças de decoração, entre eles fazendeiros, arquitetos, quem gosta de peças históricas".

Após algumas perguntas sobre a trajetória do proprietário e dos objetos ali reunidos, a informante confessou seu medo inicial de que fossemos fiscais da prefeitura ou policiais que colhiam informações visando "despejá-los dali". Ao final da conversa, devido à demora de seu esposo, recebemos o cartão do antiquário que constava o contato telefônico do proprietário. De posse do cartão, o que nos chamou a atenção foi a ausência do nome "antiquário" como grafado na fachada do espaço, mas "antiguidades".

Seguindo esse primeiro momento de observação, ao adentrarmos ao recinto monitorado por câmeras, encontramos vários objetos, desde instrumentos musicais, oratórios, imagens sacras católicas, mobiliário (piano, mesas, armários, cama, cômoda, cadeiras, escrivaninhas) balança de mantimentos, objetos decorativos de vidro, cristal, porcelana, castiçal, lustres, eletrônicos, relógios, ou seja, constatamos várias tipologias de objetos de distintas funcionalidades e temporalidades. Podemos dizer que um "caos" aos olhos daqueles que não atentam a observar, mas era possível perceber uma certa classificação dos objetos, principalmente no tocante sua função anterior. Mesas, escrivaninhas, aparadores, tornam-se suporte para outros objetos de pequeno porte como luminária, oratórios, violões, castiçais, prataria, produzindo o que podemos chamar de uma exposição do olhar, seja daquele que coleciona, como também uma possível produção de leitura estética do objeto, sua funcionalidade, para aqueles que adentram ao espaço para comprar.

Convergindo com o espaço, percebemos uma improvisação de uma cozinha de uso da própria família, bem como um quarto de um dos filhos, espaços domésticos que se

confundiam com o antiquário. Assim, mobílias que possivelmente integram o estabelecimento para venda, também são utilizadas para uso da família. Podemos notar durante a conversa com a esposa, orgulho por seu companheiro trabalhar com "antiguidades", afirmando que seu "marido sabe exatamente o que faz e fez disso o que gosta em seu trabalho e que adora falar sobre suas andanças em busca de algo novo".

Em outro dia, após contato telefônico, marcamos com o proprietário do estabelecimento que nos aguardava no horário marcado. A esposa já havia comentado sobre nosso interesse, o que facilitou nossa apresentação e contribuiu para que, prontamente, ele autorizasse a gravação do depoimento e a realização de fotos do espaço. Naquele dia, passamos a tarde toda conversando sobre sua trajetória, a construção do antiquário, a sua relação com os objetos e o pavimento superior que está organizando na expectativa de não ser despejado. Segundo o depoente, sua atuação como antiquário começou com a vontade de querer trabalhar. Para ele, a vontade de trabalhar e a "necessidade", aliados ao incentivo de um amigo, contribuiu para que iniciasse o trabalho de "arrumar coisas velhas para vender":

> "Assim que o presidente Collor de Mello entrou na presidência eu trabalha com taxi, como taxista. Aí ele chegou fez o que? Tirou o dinheiro de quem trabalhava, sumiu. Aí o povo não tinha mais dinheiro mais pra pegar um taxi, pra fazer compra, pra trabalhar, o povo, aquele sofrimento do tempo do presidente Collor né. Ai eu cheguei também fiquei, ia pra praça, passava o dia inteiro, não pegava um passageiro. Ficava sem saber o que fazer, ai, peguei, vendi o ponto de taxi, e vendi o carro. Ai, o rapaz: vamos comprar coisa antiga? Bora! Ai se meti mais ele... ai fiquei no ramo até hoje, ai já são quase 20 anos. "

Segundo no informou, esse tempo era favorável para "vender coisas antigas", os objetos eram valorizados e, até hoje, o seu amigo que lhe estimulou no início tem seu antiquário em um outro bairro de Aracaju, chamado Bairro Industrial. Retomando as questões que culminaram com a sua entrada nesse ramo de negócio, sublinhou:

> "Quer dizer é sempre assim, aquele tipo de coisa, quer dizer que quando eu fui olhar já tinha gastado muito dinheiro, já tava quebrado já. A presidência de Collor acabou com tudo. Ai fiquemos quebrado, quebrado, vai lá vem cá, naquele jeito. Aí entrou os presidentes ficou a mesma coisa. Ai entrou Lula como presidente, me deu um dinheirinho gado, ai peguei o gado e investir em coisas antigas, fiquei no meu ramo pronto, deu uma levanta e cresci... "

Para o depoente, algumas pessoas não entendem o valor das peças "acham que é velho, não sei o que mais, e não valorizam", muitos, em virtude disso, querem comprar barato "ai agente não vende né":

> "Eu vou pegar uma peça dessa, vamos supor uma coisinha dessa, uma peça dessa tem uns 150 anos. Quer dizer, eu vou pegar uma peça dessa e vou vender barato, você não acha, não é todo mundo que tem um desse.

> Antigamente tinha a compoteira que era de colocar o doce né, ai vim a manteigueira, o paliteiro... Quer dizer que essa patinha aqui era a manteigueira tá entendendo, era de servir na mesa. “

Quando perguntando se hoje ele deixaria o ramo por qualquer outro emprego, o mesmo informa que passou “a gostar do ramo a me apaixonar pelo ramo, mesmo que arrume um emprego, não deixaria um ramo de comprar coisas. Onde chegar eu compro seja qualquer coisa: um rádio, uma balança, um relógio, qualquer coisa entendeu?” Quando indagamos sobre a compra de objetos, respondeu que “compra de tudo”, mas que algumas peças ele somente comercializa porque necessita do dinheiro, como uma compoteira de vidro o qual me mostrou uma similar que ainda existia no espaço:

> “Tem tantas peças aqui que as vezes, ontem mesmo vendi uma compoteira tão bonita que faz parecer essas coleções daqui. Essas compoteira de vidro muito bonita, ai eu vendi por que tá precisando vender mesmo. Umas peças daqui mesmo só vendo mesmo porque a gente precisa sabe, mas é coisas que não dá pra vender, é um negócio pra colecionar pra vida inteira.”

Essa foi a primeira vez que o depoente utilizou o termo “colecionar”, reconhecendo como uma forma de guardar um objeto pela sua beleza, pela sua cultura material. Perguntado porque seria uma peça para colecionar, respondeu:

> “Porque isso é um vidro diferente, se chama cristal murano. É um cristal murano e é uma peça rara hoje em dia pra você encontrar sabe? Não é todo dia que voçê vai encontrar uma peça dessa sabe... igual uma peça chamada meligrame, opalina. Vem vê que coisa linda! Olhe que coisa linda, uma peça dessa aqui muito rara, muito bonita. Uma peça dessa hoje, você não encontra em canto nenhum, em lugar nenhum fabrica uma coisa dessa. É um lustre, é um abajur, é um negócio entendeu?”

Como podemos perceber a sua concepção de beleza está relacionada a ideia de raridade e o modo como possuir em seu estabelecimento esse objeto raro, que não se produz mais, confere destaque ao seu espaço, sendo encontrado apenas em museus, com colecionadores privados e em outros antiquários. De algum modo, essa percepção dialoga com o discurso apresentado por José Reginaldo Gonçalves (1996) como “retórica da perda”: “é o distanciamento mesmo desses bens culturais no tempo e no espaço, através da retórica da perda, que os transforma em ‘objetos de desejo’, ‘objetos autênticos’” (p. 111). Nesse exato momento, ao lado da peça nomeada por ele como raridade, deparamos com duas imagens sacras católicas em um oratório, também item do antiquário. Nessa ocasião, quando perguntado se as imagens católicas eram raras, percebemos que para o depoente existiam diferenças entre um objeto “antigo” e um objeto “velho”.

Ao afirmar que “essas não é antiga não, é velharia... antiga é esse aqui... deixe eu vê viu”, identificamos a

existência de um "idioma" que simultaneamente, enuncia e denuncia, sua relação com os objetos a partir das narrativas sobre "antiguidade" (WACQUANT, 2000). Em meio ao antiquário, o depoente aponta um crucifixo com uma cruz de madeira e a escultura em marfim, sublinhando que: "esse aqui é muito antigo, é um Cristo de marfim sabe, olhe o dente do elefante, isso aqui só tem na África esse material". Assim, durante o depoimento, mediado pelos objetos, percebemos que uma peça é chamada de "velharia" ou "antiga" dependendo do seu tempo de fabricação o que, por sua vez, também é impactada pela raridade da matéria prima utilizada. Isso é evidenciado em outro trecho do depoimento: "Quando é datada 40, 50, 60, 70 anos, é velharia entendeu? Agora, antiguidade mesmo é atingir os 100 anos, ai é antiguidade, já pode dizer que é antiguidade. Agora, não teve 100 anos, ela não se passa por antiguidade, a gente chama de velharia".

> "E como também tem peças antigas, tem velharia que é bonita, e povo gosta. Igual uma tulipas azul que tem agora assim, tá nas novelas, tuliponas azul, rosa vermelha né que elas tem um tampa parecendo uma bola, aquelas tem umas mais antigas que as lojas tão fabricando muito dela. Que ali as baroas tão pagando caro. Porque elas são bem bonitas, decorativas por causa das cores né. É velharia mais tá cara já. A televisão já colando .... Por exemplo, isso aqui, isso aqui é uma louça francesa, é um lustre de opalina. Pra quem conhece, sabe o que é velharia. "

Nesse momento percebemos que a ideia de beleza atrelada aos objetos muitas vezes não dialoga com o estilo artístico ou ornamento que lhe caracterize, mas ao tempo de fabricação, se sobrevivência no tempo presente. Conforme afirmou, a beleza decorre do distanciamento histórico. Isso é evidente quando citou as tulipas utilizadas como elementos de decoração *vintage*, reconhecidas como "velharia que se passa por antiga" e, transformando-se em antigas, se aproximariam da ideia de "peça histórica" e, portanto, esse processo de "produção da crença" impacta o seu valor no mercado de bens simbólicos. (BOURDIEU, 2002). Nessa mesma perspectiva, o depoente se refere a compra de relógios que, pra ele, atualmente são comercializados como antiguidade: "Eles já tão comprando como antiguidade, mas é completamente velharia porque ele ainda não tem 100 anos ainda. É um relógio de... é uma velharia só que como ele é bonito, decorativo, o povo anda procurando. É uma coisa que não se fabrica mais né, então o povo anda comprando. "

Se referindo a um relógio que integrava sua coleção, onde era possível ver na superfície do material que se tratava de um presente a um casal de noivos no ano 1958, nesse momento o depoente coloca o relógio para tocar, mas relata que o objeto precisava de conserto. Quando perguntado como se dá esse conserto, o mesmo afirma que sempre que precisa leva para um especialista em Cruz das Almas na Bahia que, para ele, "fazer um negócio hoje né, tudo tem seu preço né". Ou seja, é um amplo empreendimento social onde desde a compra ou troca de materiais, é possível perceber que sua narrativa é impactada por uma lógica peculiar, impregnada

pela relação com o tempo. Talvez, por essa razão, a imagem do relógio seja tão representativa.

"VELHARIA É ALGO RECENTE, ANTIGUIDADE É HISTÓRICO"

Em seguida, o proprietário nos apresenta outros objetos, como uma cadeira de madeira com espaldar e assento em palhinha que, segundo ele, é uma antiguidade, móveis diversos, pesos de balança comercial, ferro de passar e, dentre as inúmeras peças, duas capsulas de bala identificadas como da Segunda Guerra Mundial o que, para ele, é uma antiguidade. Desse modo, é possível perceber que quando se trata de um dado histórico como a Segunda Guerra Mundial, o objeto associado a este, não é mais visto como "velharia", mas como "antiguidade". Ou seja, é possível que haja uma flexibilidade nesse entendimento, fato perceptível nos objetos decorativos e no mobiliário que, nesse mercado de venda e/ou troca, transita entre essas duas concepções:

> "Velharia é algo recente, antiguidade é histórico, quanto mais antigo, e tando numa perfeição bonita é mais caro, agora quando o objeto é antigo e estiver meio estragado, já não tem valor, um louça, um cristal já não tem tanto valor. Moveis, vidro e louças [...]. A louça se concerta um pouquinho, vidro quebrou jogou fora. A louça sendo uma peça boa a gente manda fazer uma restauracãozinha que é caríssimo... uma peça como uma bacia daquela, [sinaliza a bacia da coleção identificando como de fabricação Inglesa] se tiver uma pecinha quebrada a gente manda restaurar. Um pedacinho pequeno, qualquer coisa pra restaurar é cem, duzentos conto. Quer dizer, então é umas profissões que quem sabe, ganha dinheiro. "

Como costuma comprar objetos de tipologias diversas, o proprietário destacou que, às vezes, por possuir uma das peças no antiquário, "vai comprando até fechar algo que já tem". Perguntado se existe um entendimento no sistema de troca ou compra sobre o que é "velharia" ou "antiguidade", o mesmo relatou que "existe, existe em todo canto". Em seguida, indagamos como ele conseguia identificar as peças dentro dessas distinções, para que obtivesse ganho e não prejuízo na administração do antiquário. Segundo o depoente, esse entendimento advém da experiência cotidiana: 'você vai aprendendo a entender a peça, a olhar a peça e saber o que ela vale, se é lucrativa ou se ela se enquadra como uma peça histórica, um objeto de antiguidade, ou uma velharia." Para o ele, por exemplo, um rádio de válvula que aparenta ter mais de 100 anos, tendo sua matéria toda conservada, o seu entendimento perpassa "não pelo fato de não tá funcionando mas que tá conservado, que tem seu preço ai chega uma pessoa aqui acha que vale só 20 real, mas ai não vendo, não se acha outro desse, é uma raridade... não tem!"

Vale ressaltar que segundo seu entendimento, o profissional de antiquário é conhecido no ramo como um "antiquarista" e o espaço, ou seja, a loja, seria um lugar de "antiguidades" (embora, conforme o seu entendimento,

também comercialize "velharias"). Para ele, a "antiguidade é a peça e eu que negocio com a peça, o lugar que é antiquário". Nesse aspecto, o aprendizado também advém do contato com outros colecionadores, com os mediadores e com os clientes: "Porque a gente vai comprando, vai comprando, vai sabendo com o tempo. Pronto, uma peça que nunca vi [...] eu não sabia conta a história, ai chega alguém e disse que conhece que sabe e me diz, exemplo essa peça aqui é da Alemanha. Tem muita coisa que não aprendi ainda. "

Quando iniciou o seu trabalho como "antiquarista", destaca que o ramo de troca e venda de objetos era mais difícil. Para o informante, era facilitado por meio de contatos, de conhecidos que, muitas vezes, trabalhando no próprio ramo, informavam sobre a chegada de uma peça diferente, algo que despertasse o interesse de outros antiquários, criando, assim, uma rede de solidariedade (KOURY, 2010).

> "Eu tinha que correr atrás pra vender né, eu vendia para os antiquários né. Então hoje eu não corro atrás mais pra antiquário me comprar né. Hoje eu vendo em casa, o povo já compra direto a mim entendeu. Mandava peças por foto, a gente mandava fotos, revelava as fotos naquela peça chamada Sony, ai revelava a foto e botava por um fax, ai a pessoa espiava a peça. Antigamente era mais difícil. Comecei, tinha que levar a peça lá né, ou tirar foto e enviar foto. Ai depois entrou agora o negócio do e-mail, mande pelo e-mail não sei o que.. ai ia revelava a foto e mandava, com a altura, as medida, assim sabe.. Ai lá quem entende já sabia o que é. Hoje não né, manda pelo *whatsapp* né, já olha as fotos lá, já é mais rápido. Quer dizer já valorizou né? Eu compro as, a maioria das peças pelo OLX. Ai daqui eu mando a foto da peça pro clientes em Recife, São Paulo, onde for, Bahia... Quer dizer, isso rola em todo canto, no mundo todo então. Quer dizer que funciona mais rápido. A gente mede a altura da peça assim, então lá quando ele vê a foto da peça já sabe o que é ne, que ele já conhece. "

Quando perguntado como se dava esse diálogo com o cliente na hora da comercialização dos objetos, o informante nos fala que quando identifica que o interessado não entendia o valor da peça, ele explica a distinção entre "velharia" e "antiguidade". Todavia, se conforme destacou Priscila Tavares (2010), a categoria "antiguidade" é escorregadia, de difícil definição, no caso em análise é mais complexo, visto que apesar de assumir uma leitura positivada em contraposição a "velharia", a mesma pode variar de acordo com a crença produzida em torno do objeto.

Sobre sua clientela, informa que atualmente, mesmo em um espaço onde há uma maior visibilidade, o mercado se encontra reduzido. Perguntado sobre o perfil de público que costumava receber, alguns detalhes nos chamaram a atenção quando se referiu ao falecimento de uma parcela da população que ele denomina de "clientes mais antigos", aqueles clientes que mais frequentavam o seu espaço e que, segundo relatou, valorizavam as peças:

> "Já tive muito, mas hoje em dia tem menos, os clientes mais antigos já morreram e fez falta pra gente. Tinha uma senhora chamada dona Nilza, o professor Cândido

> que faleceram e eram pessoas que comprava muito aqui, mas eles sabiam o que era bom e o que era ruim, e elas vendiam pro pessoal de fora, já vendiam pro pessoal de fora pro povo mais rico de fora né. Eles compravam pra revender também, só que eles não mostravam que era revendedor, entendeu. Ninguém sabia! O professor Candido mesmo mostrava que ele comprava porque gostava pra colecionar, mas ele vendia também, fazia troca. Pra falar verdade, ele era uma pessoa boa! Eu, pra falar a verdade, eu sinto muita falta desse povo. Tinha uma senhora mesmo chamada Dona Nilza Cardoso, da Rua Siriri, ele me ensinou muito, me ajudou muito, ela comprou muito, ela chegava pra gente, explicava. Eu saia do interior mesmo, quando via uma peça não sabia o que era, a pessoa pedia um pouco alto, ai eu ligava pra ela e dizia: dona Nilza tem uma peça assim, ai ela me dizia o que eu podia né. "

É possível perceber que durante a sua trajetória, o mesmo teve contato com um conjunto de agentes que vivenciou o uso de objetos que naquele espaço era transformado em "objeto de antiquário". Conforme percebemos em seu entendimento, as definições de "antiguidade", "velharia" e o preço que cabia a essas peças sofrem influencias de mediadores que pertenciam a outro meio cultural e poder aquisitivo que atestavam o valor das peças. Isso se confirma quando perguntado sobre a trajetória da mulher que o auxiliava na identificação dos objetos: "era um mulher de formação e também trabalhava com antiquário, ela entendia muito de peças de ouro, brilhante, ela entendia muito, me ajudou muito, até hoje eu não sei muito sobre essas coisas". Situação que remete ao entendimento de Pierre Bourdieu (2002) quando concluiu que a pergunta a ser feita não é o que cria o criador, mas quem cria o criador, ou seja, o conjunto de mediadores responsáveis pela produção da crença em torno de determinado nome, conferindo-lhe o renome. Trata-se de compreender o conluio objetivo dos interesses que produz os circuitos de criação e circulação que, de modo simultâneo, confere legitimidade a determinados bens ou agentes e cria "consumidores *convertidos*, dispostos a abordá-los como tais e pagar o preço, material ou simbólico, necessário para deles se apropriarem". (p. 169)

No caso da identificação dos objetos no antiquário e tentando mapear esse conluio de agentes, a partir do perfil de visitantes e mediadores, sublinhou que costumam ser oriundos das camadas médias. Destacou, nesse aspecto, a presença desses clientes e confidenciou, pela primeira vez durante o depoimento, o fato do terreno ser uma ocupação ilegal:

> "O povo novo de hoje em dia não quer saber de nada não! Poucas pessoas jovens que querem saber dessas coisas. Meu perfil de cliente é mais classe média, porque o rico é mais difícil parar por aqui sei la, um pessoal diferente, já preferem pagar num antiquário famoso, do que vim comprar eu aqui que sou um antiquário pequeno, to completamente dentro de uma invasão entendeu. Eu to começando, tentei e, tentar me erguer porque eu não tinha pra onde ir. Ai tamos aqui pra vê se Deus ajuda e mais tarde tenho um futuro pro meus filhos, entendeu. Porque a gente tem que pensar

> na família, a gente não pode só pensar em mim, mas na família, entendeu? Então por isso eu tô aqui tentando esse pedaço de chão, já conseguir levantar isso aqui, o povo diz que sai que não sai. Ai tamos aqui lutando. “

Outros encontros sucederam e novos depoimentos foram coletados. Narrativas outras surgiram, na medida em que novas “antiguidades” ou “velharias” eram adquiridas. Em um desses encontros, em meio a relatos sobre diversos aspectos do seu trabalho, de suas escolhas e de questões afetivas, questionamos se em sua coleção, existia algum objeto que ele não comercializaria, ou se já teve alguma peça que teve que vender porque fazia parte do oficio, mas que possuía um afeto especial. Em resposta, o antiquarista nos mostrou um objeto que, ao olhar para ela, imediatamente se emocionou por acionar as lembranças de seu pai: um pilão que era usado pra socar pólvora de bacamarte.

> “Aquele pilão que tá aqui, eu era menino e meu pai ganhou de uns parentes que de um pessoal lá, ele pisava pólvora. Ele tinha um grupo de bacarmateiro que ele pisava pólvora, ele quem pisava tudinho e ele doava entendeu? Quem fosse pro grupo dele, já tinha prova, espoleta já tinha tudo que ele dava. E até hoje, o povo vem comprar, mas eu não tenho interesse de vender porque foi do finado meu pai. Quer dizer, meu pai era um homem pobre, mas ele tinha essa tradição de andar com bacarmateiro pra cima pra baixo, essas festas juninas sabe? Essas festas folclóricas, são folclóricas né? Ai quer dizer que, é um pilão bonito, que eu não vi dessa qualidade bem feito igual esse ainda, que a maioria é feio e pequeno sabe. Esse é bonitão. Já me deu vontade de vender sabe, mas ai a vontade passa. Eu já achei muito dinheiro nele, mas eu não vendo! Completamente, é uma das peças que não tem aquela coisa pra vender não. “

Percebendo a lógica mercantil dos usos, marcada pelas disposições de fazer, de ser e de se expressar em virtude das possibilidades de escolha, observamos distintas formas de acesso e de utilização dos bens inseridos no mercado constituído monetariamente. O consumo, nesse aspecto, é compreendido como um sistema de significação que supre não apenas necessidades materiais, alcançando necessidades afetivas. Conforme sublinhou Bourdieu (2002), a constituição de um capital simbólico de legitimidade, resulta das posições no campo simbólico e dos mecanismos de transferência para objetos e/ou pessoas. Portanto, são os círculos de consagração e o modo como os agentes se apropriam de uma parcela do produto do trabalho de consagração que produzem a raridade do produto e, consequentemente, do produtor.

No caso em análise, o antiquarista se fabrica ao promover a crença na antiguidade dos objetos por ele fabricados, tornando-se responsável por um ato simbólico de marcação que distingue coisas, usos e agentes. Produz, a despeito das condições adversas, mecanismos de promoção de eficácia em sua narrativa sobre o passado, realizando uma leitura singular sobre o a relação com os objetos, em um espaço ambíguo de “fabricação e desfabricação da

imortalidade" (ABREU, 1996) visto que, a qualquer momento, o antiquarista pode ser despejado e o antiquário se tornar uma memória a se colecionar para a vida inteira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Regina. *A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. São Paulo: Zouk, 2002.

FREIRE-MEDEIROS Bianca. *A favela que se vê e que se vende: reflexões e polêmicas em torno de um destino turístico*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 22, n. 65, out. 2007.

GOMES, Denise; FONTENELE, Marina. *Mais de 200 famílias de SE resistem e reintegração de posse é suspensa*. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2013/09/mais-de-200-familias-de-se-resistem-e-reintegracao-de-posse-e-suspensa.html>. Acesso em 14 abr. 2018.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. *Pertencimento, medos corriqueiros e rede de solidariedade*. Sociologias, Porto Alegre, ano 12, no 25, set./dez. 2010.

MARICATO, Ermínia. *Metrópole na periferia do capitalismo*. São Paulo, Hucitec, 1996.

MENEZES, Cassio Roberto Conceição, VASCONCELOS, Jaildes Fontes. *O Estado de Sergipe: da urbanização à formação metropolitana*. Revista Espaço Acadêmico, n.º 121, Jun.2011.

TAVARES, Priscila Loretti. *Do luxo ao lixo: a valorização de objetos a partir da Feira de Antiguidades da Praça XV*. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

WACQUANT, Loic. *Putas, escravos e garanhões: linguagens de exploração e de acomodação entre boxeadores profissionais*. Mana, Rio de Janeiro, v. 6, n.º 2, out. 2000.